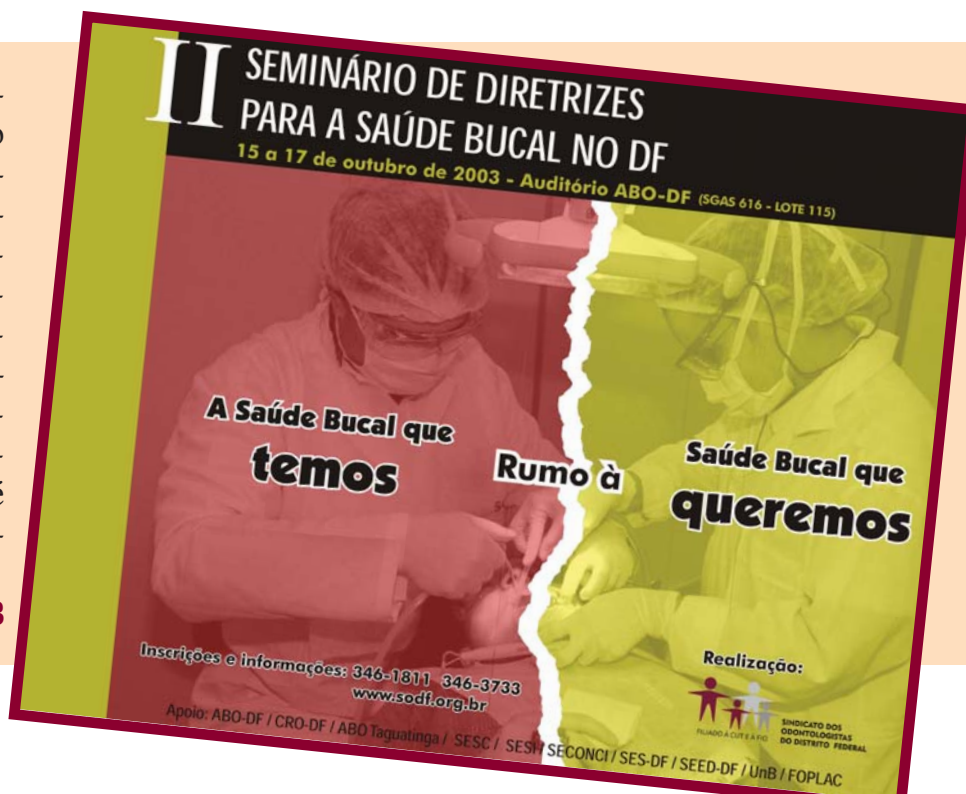




SODF realizará em outubro o II Seminário de Diretrizes para a Saúde Bucal no DF

O evento será realizado de 15 a 17 de outubro, no Auditório da ABO-DF, e terá como objetivo propor e aprovar diretrizes que possam nortear a condução dos serviços de saúde bucal no DF. Haverá conferências sobre *Política de Saúde Bucal no Brasil e no Distrito Federal*, *Prioridades Sociais e Epidemiológicas* e *Realidade do Mercado de Trabalho*, além de exposições de teses sobre *Política de Saúde Bucal no DF*, *Recursos Humanos*, *Mercado de Trabalho*, *Atendimento Complementar* e *Saúde Suplementar*. A participação é aberta a todos os profissionais, que podem se inscrever pelos telefones 346-1811 e 346-3733.

Página 3



Cirurgiões-dentistas terão palestra sobre carga tributária

Além do II Seminário, outro evento comemorativo da Semana do Cirurgião-Dentista será a palestra destinada a esclarecer dúvidas dos proprietários de consultórios e clínicas particulares sobre taxas e impostos. Será no dia 22, às 19h, no Auditório da ABO-DF, com a participação de especialistas no assunto.

Página 2

FIO prepara seu VI Congresso

Será nos dias 12 e 13 de novembro, em Campo Grande - MS, em conjunto com o II Fórum Internacional de Saúde Bucal. *Mercado de trabalho em Saúde Bucal* será o tema principal do evento, que terá a participação de dirigentes do SODF.

Página 4

Novos VRPO estão disponíveis no site do Sindicato

Publicados no Diário Oficial do DF no dia 19 de setembro último, os novos Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos também serão enviados a todos os cirurgiões-dentistas em atividade no DF.

Página 5

CONVERSANDO COM...



O cirurgião-dentista Osdyr Brasileiro Matos é o entrevistado desta edição. A história da Odontologia no Distrito Federal não pode ser dissociada da trajetória do Dr. Osdyr, responsável pela criação de programas como o Cárie Zero e o PISE.

Página 12

Dia da Saúde Bucal

Abra a boca para exigir esse direito!

Esse apelo à população, veiculado em vários ônibus que circulam por todo o DF, será a forma escolhida pelo Sindicato dos Odontologistas para comemorar este ano o Dia do Cirurgião-Dentista – 25 de outubro –, data que, para a entidade, vai mais além, sendo realmente o Dia da Saúde Bucal. Isso porque não se pode pensar apenas em uma comemoração social. Este dia deve ser sim um dia de festa e de confraternização, mas deve, sobretudo, servir como mais uma oportunidade de reflexão sobre a saúde bucal que temos e a que desejamos ter, e também sobre o exercício da Odontologia hoje no DF e no Brasil.

Para ajudar nessa inadiável reflexão, o SODF – com o apoio das demais entidades odontológicas do DF, instituições parceiras e Departamentos de Odontologia da UnB e da FOPLAC – promoverá em outubro o II Seminário de Diretrizes para a Saúde Bucal no DF. Realizar um evento como esse requer muita disposição dos envolvidos. Em outras palavras, dá muito trabalho! Mas esse trabalho é recompensador quando conseguimos alcançar os objetivos propostos. Assim, a diretoria do Sindicato espera que todos os cirurgiões-dentistas prestigiem a iniciativa, cujos resultados poderão beneficiar o conjunto da categoria e a população.

Teremos em outubro, portanto, uma campanha publicitária – modesta, é verdade, mas que certamente vai atingir boa parcela da população –, o II Seminário de Diretrizes e também uma palestra sobre carga tributária, agendada para o dia 22. Além, claro, do tradicional Baile do Cirurgião-Dentista.

Todas essas atividades demonstram que o Sindicato vem trabalhando permanentemente pela valorização da categoria, exigindo das autoridades que reconheçam, por meio de ações concretas, o papel fundamental que os cirurgiões-dentistas têm na vida das pessoas. Cresce em nós cada vez mais a convicção de que a saúde bucal é um direito humano. Precisamos lutar e trabalhar incansavelmente para que todos tenham esse direito assegurado.

No entanto, de nada adiantarão os esforços das entidades representativas da categoria se os colegas não tiverem a disposição de participar e apoiar as nossas ações e lutas. Nunca é demais repetir que o Sindicato é feito pelos trabalhadores. A propósito, também neste mês de outubro lançaremos a nova campanha de sindicalização. Esperamos que você também venha se juntar a nós, pois somos muitos, mas só seremos fortes se lutarmos juntos.

Parabéns a todos os cirurgiões-dentistas do DF pelo seu dia!

Site está sendo atualizado

O SODF contratou uma jornalista para atualizar as notícias do site da entidade (www.sodf.org.br). Os associados dispõem ainda de outros serviços em nossa página, como informações sobre a abertura de consultório odontológico, andamento dos projetos de lei que interessam à categoria em tramitação no Congresso Nacional (piso salarial, obrigatoriedade de atendimento odontológico no SUS, jornada de trabalho no serviço público e tabela de honorários odontológicos, entre outros), e os VRPO.

Palestra sobre carga tributária será no dia 22 de outubro

Como parte das comemorações da Semana do Cirurgião-Dentista, o Sindicato promoverá uma palestra sobre impostos, tributos e encargos cobrados dos consultórios e clínicas particulares. Será no dia 22 de outubro, às 19h30, no auditório da ABO-DF. O SODF convidou o especialista em Contabilidade Alberto Carlos de Aguiar Rodrigues e a advogada Leliana Rolim de Pontes Vieira para esclarecerem as dúvidas mais frequentes dos cirurgiões-dentistas e orientá-los sobre como economizar com o pagamento de tributos.

Os dois profissionais vão falar, por exemplo, sobre a Cofins. O pagamento desta contribuição federal é obrigatório, mas existe uma súmula do Superior Tribunal de Justiça (nº 276) isentando da obrigatoriedade as sociedades civis, ou seja, aquelas constituídas por mais de um profissional de uma mesma categoria, que exercem atividades em função do objeto social da empresa e que estejam registradas no Registro Civil de Pessoa Jurídica. Alberto Carlos de Aguiar explica que nem todas as clínicas estão registradas em cartório, mas é possível fazer isso. Os casos precisam ser analisados um a um, bem como os custos envolvidos, para que os proprietários avaliem se este procedimento é viável. Mais esclarecimentos serão prestados na palestra.

É obrigatório ter máquina de cupom fiscal?

Alguns contadores têm informado aos cirurgiões-dentistas ser necessária a aquisição desse equipamento, que custa cerca de R\$ 2 mil. No entanto, ele só é obrigatório para pessoas jurídicas que tenham rendimento anual bruto a partir de R\$ 120 mil.

Diretrizes para a saúde bucal no DF serão traçadas em seminário promovido pelo SODF

Setembro/2003



Cumprindo o compromisso firmado no início da atual gestão, o Sindicato dos Odontologistas do DF realizará nos próximos dias 15, 16 e 17, no Auditório da ABO-DF, o II Seminário de Diretrizes para a Saúde Bucal no DF. O evento conta com o apoio do CRO-DF, ABO-DF, ABO Taguatinga, SESC, SESI, Seconci, Secretarias de Saúde e de Educação e Departamentos de Odontologia da UnB e da Foplac.

Para a diretoria do Sindicato, o momento é especialmente propício para se promover essa importante discussão, visto que as políticas de saúde, de um modo geral, vêm sendo debatidas intensamente em todos os níveis de gestão e também pelos mais interessados, que



são os usuários e os trabalhadores do setor.

Há uma tomada de consciência cada vez maior quanto à importância da saúde bucal na saúde do indivíduo, chegando-se ao consenso de que saúde bucal é também um direito de cidadania. Assim, a partir da realidade atual da política de saúde bucal no País e no DF, associada a uma análise crítica das realidades social, epidemiológica e do merca-

do de trabalho, este II Seminário deverá resultar na proposição e aprovação de diretrizes que possam nortear a condução dos serviços de saúde bucal no DF.

Inscrições

Qualquer profissional da área pode – e deve – participar do II Seminário. Basta inscrever-se por telefone (346-1811) ou imprimir a ficha que se encontra no site do Sindicato (www.sodf.org.br), enviando-a para o fax 346-3733. Confirma a seguir a programação e assumo o compromisso de, no período de 15 a 17 de outubro, contribuir com suas críticas e sugestões para que as entidades odontológicas do DF encaminhem a luta rumo à saúde bucal que queremos.

PROGRAMAÇÃO

Dia 15/10/03 – Quarta-feira

19h Abertura

Dra. Patrícia Zampronha Moraes

Presidente do Sindicato dos Odontologistas do DF

– Conferência: *Política de Saúde Bucal no Brasil e no Distrito Federal*

. Conferencistas:

– Dr. Gilberto Alfredo Pucca – Coordenador Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde

– Dr. Arnaldo Bernardino Alves – Secretário de Estado da Saúde do DF

Dia 16/10/03 – Quinta-feira

8h às 12 – Conferências: *Prioridades Sociais e Epidemiológicas Realidade do Mercado de Trabalho*

. Conferencistas:

– Dr. Victor Gomes Pinto – Coordenador da Unidade de Conhecimento e Tecnologia da Saúde do SESI-DF

– Dr. Solon Magalhães Vieira – CD, sanitarista, Livre Docente, Especialista em Planejamento de Saúde

. Mediador:

– Dr. Jorge Alberto Cordón Portillo – Doutor em Saúde Coletiva – UnB

. Debate

14h às 18h – Exposições de teses

Tese I – *Política de Saúde Bucal no DF*

Tese II – *Recursos Humanos*

Tese III – *Mercado de Trabalho*

Tese IV – *Atendimento Complementar*

Tese V – *Saúde Suplementar*

. Debate

Dia 17/10/03 – Sexta-feira

8h às 12h – Grupos de trabalho: Discussões a partir de texto-guia contendo tese e propostas de diretrizes

14h às 18h – Plenária Final: Apresentação e discussão dos encaminhamentos dos grupos de trabalho

Aprovação do documento final

Manual do Cirurgião-Dentista terá edição atualizada

Elaborado em 1998 com o objetivo de reunir informações úteis para o dia-a-dia dos profissionais de Odontologia e lançado durante as comemorações do 18º aniversário do Sindicato, o Manual do Cirurgião-Dentista está sendo atualizado com o patrocínio do Banco do Brasil. O lançamento ocorrerá até o final deste ano.

Novos temas serão acrescentados, como as mudanças recém-aprovadas na aposentadoria, providências em caso de exposição ocupacional a material biológico e lista de medicamentos genéricos mais receitados pelos cirurgiões-dentistas. Todos os sindicalizados receberão o novo Manual.

SODF participou de reunião da FIO em Brasília

Federação e sindicatos filiados promoveram debate sobre reformas trabalhista e sindical e aprovaram plano de lutas para 2003/2004

Foto: Ronaldo Barroso

A presidente do SODF, Patrícia Zampronha Moraes, e os diretores Isa Helena Moraes, Fábio Alauri Jacob e Mirtes Carvalho Ferreira estiveram presentes na reunião da FIO com seus sindicatos filiados, realizada nos dias 29 e 30 de agosto. Mais uma vez, foram tratadas as grandes questões que envolvem a Odontologia brasileira, como o projeto de lei que propõe o fim da fluoretação da água de abastecimento e outros projetos de interesse da categoria em tramitação no Congresso Nacional; atuação da Área Técnica de Saúde Bucal do Ministério da Saúde; participação na Mesa Nacional de Negociação do SUS; 12ª Conferência Nacional de Saúde e 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal.

Os dirigentes participaram ainda de um debate sobre as



reformas trabalhista e sindical com o advogado José Pinto. A pauta incluiu também a apresentação da proposta de regionalização dos Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos – VRPO; preparativos para realização do VI CONFIO e debate sobre a Norma Operacional de Assistência à Saúde – NOAS.

Por fim, foi apresentado para deliberação o plano de lutas da FIO para 2003/2004, abrangendo, entre outras, as seguintes lutas: efetivação da carga horária do cirurgião-dentista no ser-

viço público federal em 20 horas semanais; proibição da abertura de novas faculdades de Odontologia e fechamento das faculdades ineficientes; inserção do CD nas equipes de saúde dos Programas Saúde da Família de todos os Estados e municípios; fluoretação das águas de abastecimento em todos os Estados brasileiros; manutenção da aposentadoria especial para o cirurgião-dentista; e instituição do exame odontológico obrigatório admissional e demissional. Você pode conferir o plano de lutas na íntegra no site da FIO: www.fio.org.br

Os sindicatos filiados voltarão a se reunir com a direção da FIO no dia 14 de novembro, em Campo Grande-MS, durante o VI CONFIO e II Fórum Internacional de Saúde Bucal.

VI CONFIO debaterá Mercado de Trabalho em Saúde Bucal

Para discutir o *Mercado de Trabalho em Saúde Bucal; Políticas de Saúde do Trabalhador no Governo Lula; Políticas Governamentais e Não-governamentais de Saúde do Trabalhador e os Novos Desafios; Papel do Ministério Público na Saúde do Trabalhador; Reformas Trabalhista e Sindical*



des da área e aos prestadores de serviços.

Instância máxima de deliberação da FIO, o VI Congresso da entidade ocorrerá em conjunto com o II Fórum Internacional de Saúde Bucal, promovido pela Secretaria de Estado de Saúde/Governo Popular de Mato Grosso do Sul, com início no dia 12 e término no dia 15. “Saúde Bucal: Ação e Ordenamento contra a Exclusão e a Precarização” é o tema central do II FISB, encontro que tem o objetivo de discutir questões relevantes da saúde bucal coletiva. “Com a apresentação de renomados profissionais (clínicos, gestores, administradores, pesquisadores e docentes) brasileiros e estrangeiros, por meio da reflexão e do debate, pretendemos construir uma proposta para a saúde bucal com ênfase na *promoção da saúde*, mas sem esquecer a importância da *assistência odontológica*, nela incluindo-se a *reabilitação*”, afirma o secretário de Saúde de Mato Grosso do Sul, João Paulo Barcellos Esteves.

O evento constará de cursos, painéis, mesas de debates, comunicações coordenadas, pôsters e reuniões paralelas.

Inscrições

O SODF informa que, ao se inscrever para o II Fórum, o cirurgião-dentista estará automaticamente inscrito no VI CONFIO. A ficha, bem como mais detalhes sobre a inscrição, encontram-se nos sites www.fisb.ms.gov.br e www.fio.org.br

e os Reflexos para os Trabalhadores; e Política Nacional de Saúde Bucal, a Federação Interstadual dos Odontologistas realizará o VI Congresso da entidade, nos dias 12 e 13 de novembro, em Campo Grande – MS. O documento final do evento será encaminhado às autoridades

CNS aprova resolução contra a abertura de novas faculdades na área de saúde

Uma das mais importantes lutas da FIO e das demais entidades odontológicas registrou uma significativa vitória em julho último. Os membros do Conselho Nacional de Saúde aprovaram a Resolução nº 324, homologada pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, afirmando a posição contrária do CNS à abertura dos cursos superiores da área de saúde constantes dos processos em tramitação naquele Conselho.

Os conselheiros recomendaram aos ministros da Saúde e da Educação e ao presidente do Conselho Nacional de Educação a suspensão total da abertura de novos cursos por um período mínimo de 180 dias, a partir de 3 de julho, incluindo os processos em andamento no Conselho Nacional de Saúde.

Cirurgiões-dentistas estão entre os novos conselheiros do CNS

No último dia 4 de agosto, foram eleitos os membros do Conselho Nacional de Saúde para o mandato que vai de setembro de 2003 a março de 2005. Antes da eleição, com o apoio do governo democrático do presidente Lula, o CNS formalizou a ampliação do número de conselheiros de 32 para 40. Os trabalhadores passaram a ter 25% das vagas (10 efetivas e 20 suplentes), alcançando assim a paridade com os demais segmentos (usuários, governo e prestadores de serviços privados). Essa era uma antiga bandeira de luta tanto dos próprios conselheiros quanto das entidades representativas dos trabalhadores reunidas no Fórum das Entidades de Trabalhadores da Área de Saúde – Fentas, do qual a FIO faz parte.

Dos 10 representantes efetivos dos trabalhadores eleitos no dia 4, uma é cirurgião-dentista: Graciara Matos, indicada pela FIO e CFO; e dos 20 suplentes, dois são diretores da FIO: José Carrijo Brom e Rozângela Fernandes Camapum.

Entidades nacionais reivindicam ao MTb a obrigatoriedade do exame odontológico admissional e demissional

A FIO e as demais entidades odontológicas nacionais entregaram uma lista de reivindicações ao Ministério do Trabalho em maio deste ano e aguardam que a Comissão Tripartite Paritária Permanente do Ministério decida se as solicitações serão incorporadas em seu programa, visando a formação de grupos de trabalho para implementá-las. As reivindicações são as seguintes:

- Reformulação da Norma Regulamentadora NR 7, acrescentando a obrigatoriedade do exame odontológico, que deverá ser realizado por um CD especialista em Odontologia do Trabalho;

- Inclusão, na equipe de profissionais da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do MTb, o CD especialista em Odon-

tologia do Trabalho, para a execução das ações de saúde do trabalhador;

- Abertura de concurso público para a nomeação e formação do quadro de odontologistas do MTb;

- Garantia do financiamento, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para custear a capacitação de recursos humanos em Odontologia do Trabalho, cabendo aos sindicatos a responsabilidade pela realização do curso de Especialização em Odontologia do Trabalho;

- Atuação do MTb junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal, visando a aprovação da sugestão nº 46/02, da FNO, que dispõe sobre a criação do curso de Especialização em Odontologia do Trabalho.

Ministro não homologa redução da carga horária dos cursos de Odontologia

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, negou autorização para que o Conselho Nacional de Educação – CNE realize audiências públicas com a finalidade de discutir o projeto que reduz a carga horária dos cursos na área de

saúde, entre eles o de Odontologia. O ministro considera que o assunto já foi suficientemente discutido. Ele mantém, assim, o acordo feito com a FIO e demais entidades odontológicas nacionais no sentido de não homologar o projeto.

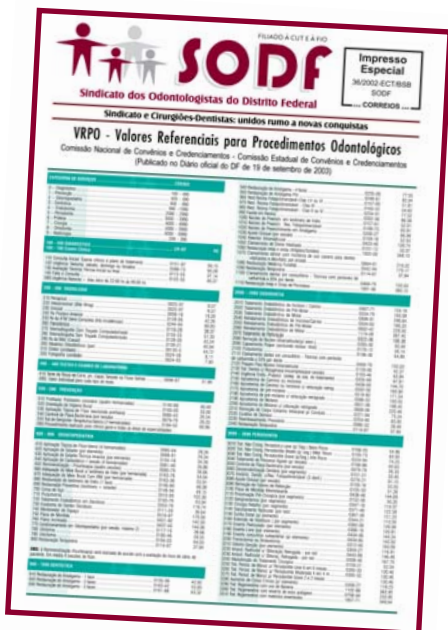
Cobertura odontológica

A Agência Nacional de Saúde realizou uma pesquisa para medir o grau de satisfação dos usuários de planos de saúde. Na pergunta sobre que item os entrevistados gostariam que os planos passassem a oferecer, o mais votado foi a cobertura odontológica. A FIO, por meio de seu representante na Agência Nacional de Saúde Suplementar, continua trabalhando pela obrigatoriedade da inclusão do atendimento odontológico nos contratos dos planos de saúde.

Novos VRPO já estão valendo

As Comissões Nacional (CNCC) e Estadual de Convênios e Credenciamentos (CECC) concluíram a elaboração dos Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos –VRPO. A publicação foi feita no Diário Oficial do DF do dia 19 de setembro. Os valores, portanto, já estão valendo em substituição aos antigos VRCC. O SODF está imprimindo a nova tabela e a enviará em breve a todos os cirurgiões-dentistas.

O Sindicato, as demais entidades odontológicas do DF e os representantes das especialidades darão início ao processo de negociação com os planos de saúde e convênios com base nos novos VRPO.



Negociações do PCCV

Em audiência com a Secretária de Administração do GDF, Cecília Landim, para tratar especificamente do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), no dia 29 de julho último, a diretoria do Sindicato recebeu o compromisso de retomada das negociações e o conseqüente envio de projeto de lei à Câmara Legislativa até dezembro próximo. A secretária informou que seria elaborado um calendário de reuniões com este objetivo. Infelizmente, porém, o Sindicato ainda não recebeu o calendário, mas está cobrando incisivamente da Secretaria de Administração que tome as medidas necessárias para a retomada imediata das negociações, tendo em vista que a implantação do PCCV é uma antiga reivindicação dos cirurgiões-dentistas da Secretaria de Saúde.

Concessão das 40 horas

O SODF informa que, em reunião com o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, ficou assegurado que as solicitações para a jornada de 40 horas serão atendidas na medida das necessidades da rede. Alguns colegas já tiveram o pedido aceito. Os interessados que ainda não fizeram a solicitação, devem preencher os formulários perti-

nentes e entregá-los à Coordenação de Odontologia.

Também foi solucionada uma injustiça que vinha sendo cometida contra diretores do Sindicato, que tinham seus pedidos negados por estarem exercendo mandato sindical. Feito esse acordo com a Secretaria, os dois dirigentes que haviam solicitado as 40 horas tiveram seus pedidos deferidos.

Remoções agora só por antiguidade

Na mesma reunião, foi anunciada pelo Secretário de Saúde a mudança nos critérios para remoção. A partir da nova instrução que está sendo elaborada em conjunto pelo Sindicato e SES-DF, passará a valer apenas o critério da antiguidade.

CAMPANHA SALARIAL DE 2003

Setembro/2003



SODF entrega pauta à Secretaria de Assuntos Sindicais e à Secretaria de Saúde

A diretoria do Sindicato reuniu-se no dia 22 de agosto com a assessoria do Secretário de Assuntos Sindicais do GDF, Edimar Pirineus, para entregar a pauta de reivindicações da campanha salarial de 2003 dos cirurgiões-dentistas da Secretaria de Saúde. A pauta foi entregue também aos representantes da SES-DF. Apesar de cobrado pelo SODF, o secretário de assuntos sindicais não apresentou até o momento a contraproposta do GDF.

● Continuidade das negociações para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV)

● Isonomia com o piso salarial dos médicos

● Reposição salarial

● Descongelamento da parcela do PCCS dos salários

● Adiantamento do 13º salário junto com as férias

● Parcelamento do adiantamento de férias em cinco vezes

Conheça a íntegra da pauta de reivindicações no Sindicato.

Participação

A diretoria do SODF lembra que é muito importante a participação dos colegas nas as-

sembléias e reuniões de negociação divulgadas pelo Sindicato. Mostrando nossa união, teremos mais força na hora de negociar.

Outro lembrete: os cirurgiões-dentistas que trabalham em instituições/empresas onde ainda não é realizada campanha salarial devem procurar o Sindicato se desejarem a abertura de negociação.

Alguns índices conquistados no DF

SESI Nacional e Sistema Fibra	14%
Secenci	14.61%
Sindiclubes	10%

SES-DF prorroga validade de concurso

A Secretaria de Saúde do DF prorrogou o prazo de validade do concurso para assistente superior de saúde (edital nº 16/1999). Serão mais dois anos contados a partir do dia 25 de novembro de 2001. O concurso foi realizado em 1999 para preencher vagas nas especialidades de assistência social, Odontologia e enfermagem.

Isonomia

O Sindicato continua lutando para conseguir a isonomia com o piso salarial dos médicos. Conta com o apoio do SODF a indicação apresentada pelo deputado distrital Odilon Ayres (PMDB), sugerindo que o governador altere a lei que estabeleceu o Plano de Carreira dos médicos, incluindo a carreira de cirurgião-dentista, o que tornaria possível a isonomia. A indicação está na Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa e tem o apoio do Secretário de Saúde, informa o SODF.

Saúde bucal ganha prioridade no governo Lula

Setembro/2003



Pela primeira vez em muitos anos, a saúde bucal tem recebido atenção especial do governo federal. Esse compromisso foi assumido antes mesmo da posse do presidente Lula, pelos responsáveis pela transição de governo. O quadro hoje é bem diferente do governo pas-

sado, e isso pode ser constatado até mesmo na redefinição da Área Técnica de Saúde Bucal – ATSB no organograma do Ministério da Saúde. Uma equipe atuante, comandada pelo CD Gilberto Alfredo Pucca e com o apoio do ministro Humberto Costa, vem conseguindo fina-

lizar projetos interrompidos no governo FHC e implantar novas ações, muitas delas contemplando históricas reivindicações dos cirurgiões-dentistas brasileiros e de suas entidades representativas. Confira a seguir algumas das atividades realizadas pela ATSB.

Projeto SB2003

A Coordenação da ATSB anuncia a retomada do Projeto SB2000, agora denominado Projeto SB Brasil 2003, levantamento que irá traçar um diagnóstico completo das condições de saúde bucal do brasileiro. A amostra será de aproximadamente 127.500 indivíduos de todas as faixas etárias. A coleta de dados em todos os Estados deverá estar concluída até o dia 30 de setembro, e a divulgação dos resultados deverá ocorrer até o final deste ano. Os resultados do Projeto SB Brasil 2003 vão possibilitar o redirecionamento de investimentos e melhoria na gestão dos recursos de saúde bucal da Rede SUS.

Fluoretação da Água de Consumo Público

Também em parceria com as Coordenações Estaduais de Saúde Bucal, a ATSB/MS fez um levantamento da situação da fluoretação de água de abastecimento público no País. O último estudo sobre o tema data de 1996. As conclusões do levantamento estarão disponíveis em breve.

Expansão da Saúde Bucal da Família

Até dezembro de 2003, o Programa Saúde da Família deverá contar com 7 mil equipes de saúde bucal, informa o coordenador Gilberto Pucca. Para cumprir esta meta, algumas medidas estão sendo adotadas, como o reajuste de incentivos (Portaria GM/MS 396/03) e a flexibilização da relação entre equipes de Saúde Bucal e de Saúde da Família (Portaria 673/03).

Fórum Permanente de Coordenadores Estaduais de Saúde Bucal

A ATSB retomou as atividades deste Fórum, uma vez que os coordenadores não se reuniam desde 2000. A primeira reunião foi realizada dia 7 de julho, no Auditório Emílio Ribas, e estão agendadas reuniões para 22 de setembro e 12 de novembro.

Recursos Humanos da Rede SUS

Até o final de setembro, a Coordenação da ATSB/MS deverá ter disponíveis dados atualizados sobre o número de cirurgiões-dentistas, técnicos em higiene dental e atendentes de consultório dentário da Rede SUS em cada Estado. As informações disponíveis são de 1999.

O trabalho está sendo realizado em parceria com as Coordenações Estaduais de Saúde Bucal.

Projeto de Reabilitação – Prótese Total

Esta iniciativa objetiva atender à grande demanda por próteses totais, pois estimativas apontam que mais de 10% da população adulta possui necessidade de prótese total. A ATSB/MS pretende realizar, em uma primeira fase, uma grande Ação Nacional e, em um segundo momento, custear a instalação de Laboratórios de Prótese Dental e Centros de Referência de Especialidade Odontológicas nos Estados. O projeto está em processo de finalização, juntamente com os estudos de cobertura e investimentos necessários, assim como as estratégias de implantação nos Estados.

Perfil de Competências do THD e ACD

Depois de colher sugestões via consulta pública, a Área Técnica de Saúde Bucal do Ministério da Saúde se reunirá com as entidades odontológicas nacionais para ouvir as opiniões desse setor e assim democratizar ainda mais o processo de construção do Perfil de Competências Profissionais dos THD e ACD. Com base na conclusão do perfil, que servirá de diretriz para a formação e regulamentação dessas profissões nos Estados e municípios, as entidades odontológicas vão apresentar um substitutivo ao projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta as duas profissões.

Inscrição de ACD

O Ministério da Saúde e o CFO decidiram que, a partir de 1º de janeiro de 2004, a inscrição do ACD, se for feita com base apenas na declaração do cirurgião-dentista, terá validade provisória por um ano, podendo ser renovada por igual período. A transformação em inscrição definitiva só poderá ocorrer mediante apresentação de certificado de qualificação profissional básica de auxiliar, emitida por estabelecimento de ensino autorizado. E, a partir de 1º de janeiro de 2006, o registro e a inscrição só poderão ser feitos mediante o certificado de qualificação. O coordenador da ATSB anuncia que o Ministério da Saúde oferecerá cursos públicos de qualificação visando a adequação ao perfil que está sendo elaborado.

12ª Conferência Nacional de Saúde indicará “o SUS que queremos”

“Analisar os avanços e retrocessos do Sistema Único de Saúde à luz do texto constitucional e das propostas oriundas do Movimento da Reforma Sanitária, no decorrer de seus 15 anos de existência”. Esta será a finalidade da 12ª Conferência Nacional de Saúde, a ser realizada de 7 a 11 de dezembro próximo, em Brasília, que terá como tema central: “Saúde: Um direito de todos e dever do Estado – A saúde que temos, o SUS que queremos”.

O encontro terá os seguintes eixos temáticos: *Direito à Saúde, Organização da Atenção à Saúde, Trabalho na Saúde, As Três Esferas de Governo e a Construção do SUS, Seguridade Social, Financiamento, Gestão Participativa, Intersetorialidade, Ciência e Tecnologia e a Saúde*, tendo sempre o **controle social** como eixo central das discussões.

A 12ª Conferência deverá, “por meio da identificação e análise dos grandes desafios para o governo Lula no que se

refere à saúde, elaborar proposta de diretrizes a serem incorporadas pelo SUS com vistas ao acesso, equidade, qualidade e humanização na Atenção à Saúde, condição básica para o exercício da cidadania”, adianta o Ministério da Saúde.

O Sindicato conchama os cirurgiões-dentistas do Distrito Federal a participarem da VI Conferência de Saúde do DF, a realizar-se no período de 23 a 26 de outubro. É importante nos fazermos representar

em grande número, para que as propostas da área de saúde bucal sejam acatadas e levadas para deliberação da 12ª CNS, e para que possamos eleger um número expressivo de delegados para a etapa nacional da Conferência. Também disponibilizaremos em nosso *site*, a partir de outubro, a tese da área de saúde bucal que será defendida pela Federação Interestadual dos Odontologistas na 12ª CNS, com as contribuições do SODF.

Caixa paga ação do FGTS/Plano Collor

A Caixa Econômica Federal efetuou o pagamento relativo ao processo nº 17-95.0008174-1, que trata da correção das perdas do Plano Collor. Na sentença, o juiz não aceitou o SODF como substituto processual de seus associados, determinando o pagamento apenas a quem tivesse procuração individual. Vários colegas, portanto, não puderam receber neste processo o que lhes é devido pela CEF.

Por essa razão, o Sindicato ingressará com nova ação na Justiça, contemplando os colegas que desejarem. Para isso, está sendo disponibilizada outra assessoria jurídica, o escritório de advocacia Mota Advogados Associados S/C.

De acordo com os valores que cada um tem a receber, poderão ser adotados os seguintes encaminhamentos:

1 – Acordo diretor do CD com a Caixa: este procedimento in-

teressa mais a quem tem valores até R\$ 1.999,00 a receber, pois o pagamento é feito em uma só parcela. Acima desse valor, o acordo propõe:

- . de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil – 5 parcelas semestrais
- . de R\$ 5 mil a R\$ 8 mil – 7 parcelas semestrais
- . de R\$ 8 mil em diante – 7 parcelas semestrais a partir de janeiro de 2004

2 – Ação judicial, com advogado, junto ao Juizado Especial Federal – Destina-se a quem tem até R\$ 14 mil a receber. O andamento é mais rápido, pois o Juizado funciona como uma instância de pequenas causas.

3 – Ação judicial, com advogado, junto à Justiça Federal, para quem tem valores superiores a R\$ 14 mil.

O cirurgião-dentista interessado em entrar com este novo

processo deve preencher a procuração disponível no Sindicato e providenciar cópias autenticadas dos documentos abaixo:

- . Carteira de Identidade
- . CPF
- . Carteira de Trabalho (páginas da identificação frente e verso; contrato de trabalho de todos os empregos que tinha na época; página posterior em branco. Se for da FHDF ou FEDE, página de quando mudou de regime)
- . Extratos do Plano Collor (janeiro de 1989 a abril de 1990) e do Plano Verão (dezembro de 1988)

Dúvidas podem ser esclarecidas com a funcionária do Sindicato Isabel, fones 346-1811 e 346-3733.

Importante:

Se você integra alguma ação e quer saber qual o andamento dela, telefone para o Sindicato. Você pode informar-se também de qual(ais) processo(s) faz parte.

CUT-DF faz campanha salarial unificada

Sob a coordenação da CUT-DF, as categorias com data-base neste segundo semestre estão unificando suas campanhas salariais com uma pauta comum que inclui as seguintes reivindicações: 25% de reajuste dos salários, incluindo aumento real; redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; Participação nos Lucros e Resultados; geração de empregos; redução da taxa de juros e correção anual da tabela do Imposto de Renda.

Além da campanha unificada, a CUT-DF continua a luta contra a PEC 40 (Reforma da Previdência) no Senado Federal e participou da organização da Marcha das Margaridas, no dia 26 de agosto, e do 9º Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro. A Central está ainda envolvida nas discussões sobre as reformas trabalhista e sindical.

Decreto regulamenta conversão do tempo trabalhado em atividades especiais

Por meio do Decreto nº 4.827, de 3 de setembro de 2003, o governo federal regulamentou a questão da conversão do tempo de atividade exercido em condições especiais – no caso dos cirurgiões-dentistas, atividade insalubre ou periculosa.

O decreto trata das questões afetas aos trabalhadores regidos pela Previdência Social, os quais, em resultado desta mu-

dança, poderão pleitear junto à Previdência Social a conversão do seu tempo de serviço de forma a reduzir o efetivo tempo trabalhado, para efeito de concessão da aposentadoria, na forma da tabela constante no decreto: sobre o tempo de serviço efetivo deve ser aplicado o fator de conversão 1,4; para a mulher, o fator é 1,2.

Reforma da Previdência no site

Depois de aprovada no Senado, a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência está sendo analisada no Senado Federal. As principais dúvidas sobre as mudanças no sistema previdenciário dos servidores públicos são respondidas pelo jornalista e diretor de documentação do DIAP, Antônio Augusto Queiroz, em matéria que se encontra no site do SODF (www.sodf.org.br).



Foto: Welber Souza

Marcha das Margaridas reuniu mais de 40 mil mulheres em Brasília

Consagrada como a maior mobilização nacional de mulheres trabalhadores rurais já registrada na história do Brasil, a Marcha das Margaridas, em adesão à Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza e a violência sexista, reuniu em Brasília, no dia 26 de agosto, mais de 40 mil trabalhadoras rurais vindas de todos os cantos do País. A coordenação da marcha coube à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (filial à CUT) e às federações e sindicatos de trabalhadores rurais a ela filiados.

Reforma Agrária e meio ambiente com posse da terra; manejo sustentável do solo e das águas; salário mínimo justo; saúde pública, com assistência integral à mulher; contra a violência sexista e todas as formas de violência no campo foram as prioridades da marcha neste ano.

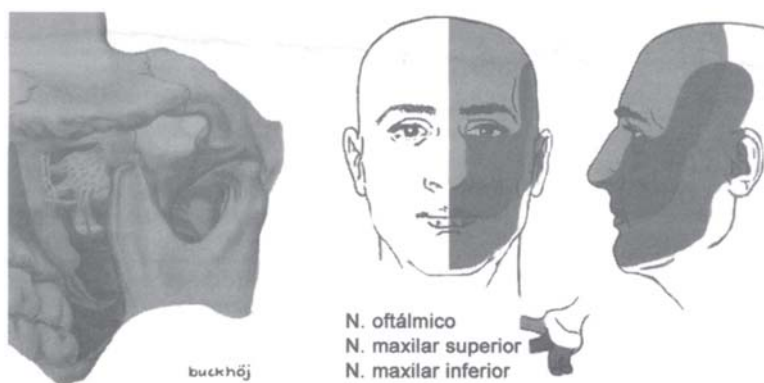


FIGURA 2 - O gânglio semilunar de Gasser (à esquerda) e as áreas faciais de inervação sensitiva dos três ramos do nervo trigêmeo. Modificado de Eriksson (1969)

É um grande núcleo que se estende desde a ponte até os 2º e 3º segmentos medulares. É composto por 3 subnúcleos denominados subnúcleos oral, interpolar e caudal.

Os prolongamentos centrais do primeiro neurônio (pseudo-unipolar) juntam-se para formar a raiz sensitiva do nervo trigêmeo que penetra na ponte. A partir da ponte, estas fibras se curvam em sentido caudal, juntam-se às fibras sensitivas do nervo facial (sétimo par), glossofaríngeo (nono par) e do vago (décimo par), formando, desse modo, o trato espinal descendente do trigêmeo, cujas fibras terminam no subnúcleo caudal. Nesse subnúcleo fazem sinapse com corpos de neurônios cujas fibras cruzam a rafe mediana e se curvam,

agora em sentido cefálico, formando, assim, o feixe trigêmico-talâmico lateral. Este feixe é composto por dois tratos, denominados trato neotrigêmico-talâmico e paleotrigêmico-talâmico. O primeiro termina no núcleo ventral póstero-medial do tálamo, onde faz sinapse com neurônios de terceira ordem, cujas fibras terminam nas áreas S1 e S2 do córtex cerebral somestésio. Este trato é direto e responde pela percepção da dor crânio-orofacial, em suas dimensões têmporo-espaciais. É, portanto, um feixe de decodificação da dor. O segundo, o trato paleotrigêmico-talâmico, após enviar colaterais a vários núcleos do tronco cerebral, termina também no tálamo, onde faz sinapse com neurônios de terceira ordem, cujas fibras

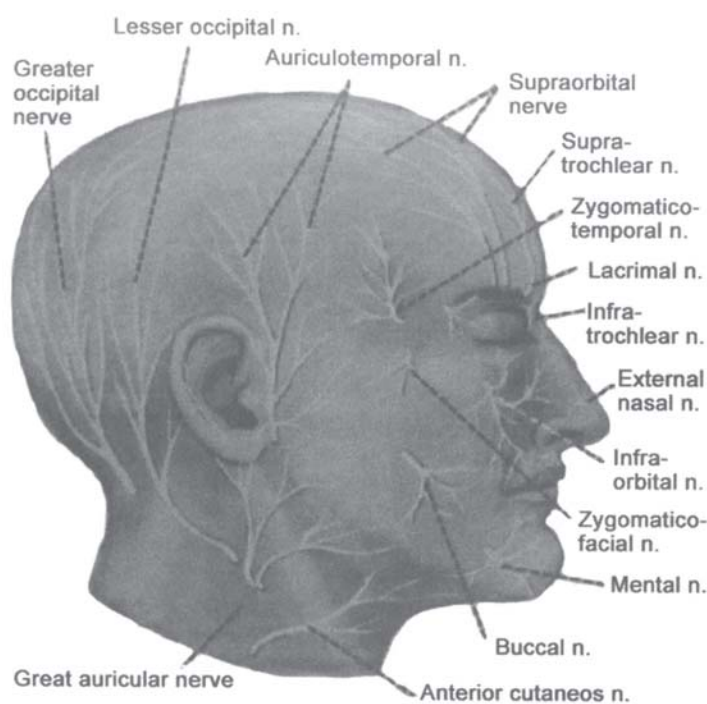


FIGURA 3 - A inervação sensitiva das estruturas superficiais da cabeça e da face

ascendem, via sistema límbico, e terminam ao nível do córtex cerebral. Este trato, juntamente com o trato paleoespinal-talâmico, é responsável pelo caráter eminentemente psicológico da dor, em suas manifestações afetivo-emocionais que caracterizam o fenômeno mais importante da experiência dolorosa, denominado sofrimento.

A figura 3 mostra-nos toda a inervação sensitiva superficial do segmento cérvico-crânio-facial.

Mostra que a inervação sensitiva do terço posterior da cabeça é fornecida pelas raízes cervical C2 e C3, através dos nervos occipital maior (grande occipital) e occipital menor (pequeno occipital). E mostra finalmente que a inervação sensitiva da maior parte deste segmento corporal é dada essencialmente pelo nervo trigêmeo. O nervo facial é eminentemente motor, porém possui um pequeno componente sensitivo responsável pela inervação sensitiva de algumas estruturas profundas da face. Os dois terços anteriores da língua são inervados pelo ramo mandibular (V3) do trigêmeo. O terço posterior tem inervação sensitiva fornecida pelo nervo glossofaríngeo (nono par craniano). Ao longo de seu trajeto, o nervo maxilar (V2) dá origem a vários nervos colaterais. Os mais importantes, em nosso estudo atual, são os nervos alveolares superiores que emergem do nervo infra-orbitário e constituem o plexo dental superior, responsável pela inervação dos dentes e gengiva superiores, havendo ampla anastomose entre os plexos dentais superiores direito e esquerdo. Fato semelhante ocorre com o nervo mandibular (V3), o qual dá origem aos nervos alveolares inferiores, que ocupam, em sua maior extensão, o canal mandibular e formam o plexo dental inferior, responsável pela inervação dos dentes e gengiva inferiores. Logo após sua emergência pelo forame mentoniano, o nervo alveolar continua-se

com o nome de nervo mentoniano que fornece inervação sensitiva para o mento, a pele e a mucosa do lábio inferior. Existem amplas anastomoses entre os nervos alveolares inferiores direito e esquerdo e entre seus ramos mentonianos (Erhart, 1960).

O conhecimento profundo da inervação sensitiva crânio-orofacial reveste-se de extrema importância prática na Clínica de Dor, porque permite ao Clínico de Dor, através do exame metucioso de cada caso clínico, fazer o diagnóstico do(s) nervo(s) envolvido(s) na gênese das síndromes dolorosas. A comprovação efetiva do(s) nervo(s) envolvido(s) no fenômeno doloroso pode ser feita através de um bloqueio nervoso diagnóstico do(s) mesmo(s), o qual funcionará também como bloqueio prognóstico, orientando-nos quanto à conduta a ser indicada para o tratamento de cada tipo de dor.

No próximo capítulo (parte 2) será descrita a neuralgia do trigêmeo em seus diversos aspectos que nos interessam na prática clínica, isto é, quanto ao quadro clínico, à fisiopatologia, ao diagnóstico diferencial e às diversas formas de tratamento indicadas para cada caso.

**Médico especialista no tratamento da dor (Dolorologista). Membro fundador da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor. Membro fundador e ex-presidente da Sociedade Mineira de Estudo da Dor. Co-fundador e membro do Corpo Clínico do Centro Mineiro de Tratamento da Dor – CENDOR, de Belo Horizonte – MG. Autor dos livros “Tratamento da Dor no Brasil – Evolução histórica” (Curitiba: Editora Maio, 1999) e “A Clínica de Dor – Organização, funcionamento e bases científicas” (Curitiba: Editora Maio, 2003)*

Artigo reproduzido do Correio ABO-MG, Agosto/2003, Nº 218 - Ano XVII

Cinqüentenário da Fluoretação das Águas de Abastecimento Público no Brasil e na América Latina será comemorado em outubro

A política pública de fluoretação das águas de abastecimento público teve início em 31 de outubro de 1953, na cidade de Baixo Guandu – ES, a primeira cidade da América Latina a receber este benefício. Para comemorar o Cinqüentenário da Fluoretação das Águas de Abastecimento Público no Brasil e na América Latina, a Fundação Nacional de Saúde – Funasa promoverá em outubro, na cidade de Baixo Guandu e em Vitória, eventos técnicos, científicos e políticos.

A comissão organizadora pretende, com este evento, mostrar a todos a importância da fluoretação das águas de abastecimento público, inegavelmente o método mais eficaz, de melhor custo-benefício, eficiente, seguro e prático para a prevenção da cárie dentária. Nos dias 22, 23 e 24 de outubro, estarão em Vitória e em Baixo Guandu, proferindo palestras, os pioneiros da fluoretação: doutores Mário Chaves, Flávio

Antônio Luce e Szachna Elias Cynamon, como também os doutores Marcos Manfredini e o coordenador da Área Técnica de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Dr. Gilberto Pucca.

A fluoretação é recomendada por mais de 150 organizações de ciência e saúde, incluindo a Federação Dentária Internacional (FDI), a Associação In-



ternacional de Pesquisa em Odontologia (IADR), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). No Brasil, este método está juridicamente respaldado pela Lei nº 6.050/74, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 76.872/74.

Programas de fluoretação têm sido implementados em

aproximadamente 39 países, atingindo mais de 200 milhões de pessoas. No Brasil, estima-se que cerca de 70 milhões de brasileiros estão sendo beneficiados pela agregação de flúor à água, com resultados comprovados de eficiência do método.

Programação

Constam na programação do Cinqüentenário, entre outros, os seguintes eventos: sessão solene; Simpósios (50 Anos da Fluoretação das Águas de Baixo Guandu – Fluoretação: Desafios e Possibilidades no Século XXI); lançamento do Livro “Baixo Guandu – 50 Anos de Fluoretação das Águas no Brasil”, de autoria do Prof. Dr. Aduino Emmerich e colaboradores; apresentação do Diagnóstico das Condições de Saúde Bucal do Município de Baixo Guandu e lançamento da pedra fundamental do Museu da Odontologia.

Confira a programação detalhada do Cinqüentenário no site da FIO: www.fio.org.br

Maioria das categorias não consegue reposição salarial

Das 149 negociações salariais registradas pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – no primeiro semestre de 2003, apenas 46% resultaram em reajustes equivalentes ou superiores à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), indicador utilizado como parâmetro para a recomposição dos salários no processo de negociação coletiva. A maioria dos reajustes salariais observados no período (54%), portanto, não garantiu a recuperação do poder aquisitivo dos salários.

Essa é a primeira vez, desde a extinção da política salarial, que a maioria das negociações coletivas analisadas resulta em reajustes salariais inferiores à variação integral do INPC-IBGE. Mesmo no primeiro semestre de 1999, considerado o pior momento para as negociações salariais, 55% das categorias então incluídas no balanço das negociações haviam pelo menos conseguido assegurar reajuste equivalente à inflação oficial.

Também chama a atenção a proporção de negociações que estabeleceram reajustes muito abaixo da inflação do período de doze meses que antecedeu a data-base: 17% das categorias tiveram reajuste 5 ou mais pontos percentuais abaixo do INPC. Considerando-se apenas o conjunto de acordos cujos índices de reajuste foram inferiores a esse indicador, 31% concentraram-se justamente na faixa dos reajustes 5%

menores que este índice. Por outro lado, tomando em conta exclusivamente os casos de êxito na recomposição dos salários, houve uma alta frequência de reajustes que variaram de 0% a 1% acima do INPC-IBGE: de um subtotal de 68 negociações, 87% enquadram-se nessa faixa.

O fato de os resultados apurados nos primeiros meses deste ano serem bastante negativos em comparação com períodos anteriores pode ser indicativo de uma fase de dificuldades sensíveis para os trabalhadores que se sentam às mesas de negociação. Mesmo porque os resultados desta primeira metade de 2003 são bastante inferiores aos do mesmo período de 2002 – quando 59% das categorias conseguiram repor a inflação – e mais ainda aos seis primeiros meses de 2000 e 2001, quando 68% das negociações resultaram em reajuste equivalente, no mínimo, ao INPC-IBGE para a sua data-base.¹

Diversos fatores contribuíram para a dificuldade de recomposição dos salários para categorias com data-base entre janeiro e junho. Em primeiro lugar, a inflação acumulada se manteve em patamares muito altos. Pela primeira vez, desde a implementação do Plano Real, em 1994, as negociações coletivas ocorreram em uma conjuntura que exibiu índices de inflação acumulada entre 14% e 20%.

Além disso, o baixo crescimento econômico nacional e a elevada taxa de juros praticada no país contribuíram para o endurecimento do empresariado nas negociações coletivas.

(Fonte: DIEESE)

Relator dá parecer contrário ao PL que revoga lei da fluoretação das águas

O Projeto de Lei nº 510/2003, apresentado pelo deputado Carlos Souza (PFL-AM) com o objetivo de revogar a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que “dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento”, recebeu parecer contrário do relator da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, deputado Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG). No fechamento desta edição, o parecer estava em pauta para ser votado na CSSF.

Na opinião do parlamentar, “a fluoretação da água pode ser encarada como uma medida de saúde pública eficaz e segura”. Ele cita parecer do Ministério da Saúde, do ano de 1999, enfatizando “que mais de 150 organizações de ciência e saúde recomendam que a água para consumo humano seja fluoretada”. Para elaborar seu parecer, o parlamentar levou em consideração os fortes argumentos apresentados pelas entidades odontológicas nacionais e por instituições como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, entre outras, além de vários especialistas no assunto.

Fórum Nacional do Trabalho pretende atualizar a legislação trabalhista e sindical

O Fórum Nacional do Trabalho, instalado dia 29 de julho, em solenidade no Palácio do Planalto, iniciará seus trabalhos pelas conferências estaduais, coordenadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho, com o objetivo de suscitar o debate nos Estados sobre os problemas contemporâneos do mundo do trabalho, privilegiando os principais temas do FNT, que são as reformas sindical e trabalhista, bem como outros de interesse regional. Cada Estado deverá constituir uma comissão coordenadora, presidida pela DRT e composta por representantes de trabalhadores e empregadores, poderes públicos locais e entidades da área trabalhista.

O Fórum é presidido pelo ministro Jacques Wagner. “O

Fórum pretende ser a grande mesa nacional entre trabalhadores e empresários, governo e o poder público no sentido de atingirmos, pela via da negociação, e não da imposição, a atualização da legislação sindical e trabalhista que queremos”, afirmou o ministro.

O Fórum trabalhará com 8 grupos temáticos: organização sindical, que tem como subtemas o modelo, representação e representatividade, garantias e sustentação financeira; negociação coletiva; composição de conflitos, que vai analisar a solução de conflitos individuais e coletivos, instrumentos de conciliação, mediação e arbitragem e os papéis do Ministério e da Justiça do Trabalho; legislação do trabalho, subdividida em normas constitucionais e infra-consti-

tucionais, normas sobre condições de trabalho; organização administrativa e judiciária; qualificação e certificação profissional; e micro e pequenas empresas e outras formas de trabalho, aí incluídos cooperativismo empreendedorismo, informalidade e trabalho atípico e especificidades da microempresa.

Organização sindical é o primeiro tema em discussão

Patrões e empregados, mediados pelo governo, iniciaram as discussões sobre a organização sindical, considerado pela maioria dos participantes do Fórum o ponto de partida para eventuais modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e flexibiliza-

ções dos direitos trabalhistas. Temas como o reconhecimento das centrais sindicais – apesar de atuantes elas não são legalizadas e não podem representar formalmente os filiados –, fim do imposto sindical e criação de sindicatos por local de trabalho estão em discussão. Luiz Marinho, presidente da CUT-Brasil, é o representante dos trabalhadores no Fórum.

A diretoria da FIO ressalta que é fundamental a participação dos sindicatos de Odontologistas nos fóruns regionais, pois as modificações propostas vão interferir diretamente em nossa organização sindical.

Informe-se na CUT de seu Estado sobre os trabalhos do Fórum Regional.

(Fonte: Jornal da FIO Agosto/setembro)

Categoria poderá ter Comissão de Conciliação Prévia

A diretoria do SODF pretende, no próximo ano, convocar a categoria para uma assembléia geral que terá como objetivo aprovar a constituição da Comissão de Conciliação Prévia, definida como um “organismo extrajudicial de direito privado a ser instituído facultativamente (...) pelo Sindicato profissional”.

As comissões de conciliação prévia são amparadas pela Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, que altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho. Elas têm a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais cíveis e do trabalho. Neste caso, só podem ser formadas por decisão da categoria em assembléia.

O Governo Lula e as relações de trabalho

A palavra empenhada pelo presidente Lula e pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner, de que qualquer mudança na legislação trabalhista e sindical seria antecedida por amplo debate com as entidades sindicais vem sendo honrada pelas iniciativas do Governo até agora nessa área.

O primeiro gesto foi a retirada do Congresso, logo no primeiro mês de atividades da atual sessão legislativa, do projeto de lei do Poder Executivo que flexibilizava a CLT, que tramitou na Câmara sob o nº 5.483/2001 e, no Senado, onde aguardava votação conclusiva, sob o nº PLC 134/2001.

O segundo – não necessariamente nesta ordem – foi o envio ao Congresso Nacional da Mensagem nº 389, de 19 de agosto de 2003, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 4.302/98 (no Senado, PLC 3/2001), que altera dispositivos da Lei 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, dá ou-

tras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

A retirada do segundo projeto, tal como aconteceu com o primeiro, terá que ser autorizada pela Casa onde o projeto se encontra em exame. No primeiro projeto, quem autorizou a retirada, em votação simbólica, foi o plenário do Senado. No segundo, como a matéria está na Câmara, onde aguarda votação das emendas do Senado, caberá aos deputados autorizarem a retirada do projeto.

Os dois projetos – que foram enviados ao Congresso na gestão FHC sem qualquer debate com os interessados, no caso os trabalhadores e suas entidades de classe – eram extremamente nocivos às relações de trabalho e às próprias empresas, não apenas porque permitiam a precarização das relações de trabalho e a redução de direitos, mas também porque substituíam a contratação direta pela compra de “serviços”, rompendo o víncu-

lo do trabalhador com a empresa para a qual trabalha e da qual recebe ordens.

O terceiro gesto foi a criação de várias instâncias e espaços de debate da agenda de reforma sindical e trabalhista, desde o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, passando pelas Conferências Estaduais até o Fórum Nacional do Trabalho, todas com a participação de representantes dos trabalhadores e empregadores, ainda que algumas entidades do sistema confederativo, com certa razão, tenham questionado a composição desses órgãos colegiados, especialmente o Fórum.

É dever de justiça reconhecer que o comportamento do governo nessa matéria, pelo menos até agora, tem sido exemplar. Sempre que alertado sobre a gravidade de determinada matéria, tem procurado agir.

Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, diretor de Documentação do DIAP

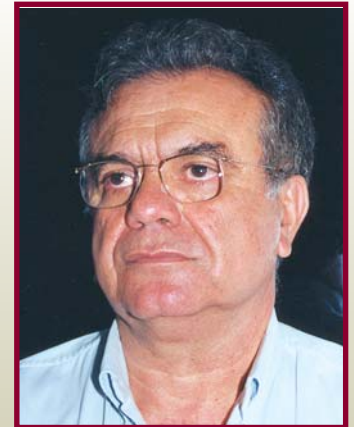
Uma vida dedicada à Odontologia social

O Jornal do SODF entrevista nesta edição o cirurgião-dentista Osdyr Brasileiro de Matos. Visionário, inovador, contestador e polêmico são adjetivos que definem essa complexa personalidade, que sempre deu ênfase ao aspecto social do seu trabalho. Com mestrado em Saúde Pública, tornou-se protagonista de quase todas as iniciativas do GDF na melhoria da saúde bucal da população durante as três décadas em que trabalhou na FHDF.

Eterno defensor da "odontologia social", o Dr. Osdyr acredita que o CD tem que ampliar seu campo de atividade profissional para além do cuidado com a saúde bucal. Foi 1º secretário e presidente da ABO-DF e até hoje empresta sua experiência colaborando com as atividades do SODF.

Nascido em Santana, sertão da Bahia, há 62 anos, o Dr. Osdyr é casado, tem três filhos e três netos. Em 1961, ingressou no curso de Odontologia da então Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado de Goiás. No ano seguinte entrou para o movimento estudantil e foi "contaminado" pelo vírus do engajamento político e da preocupação social dentro da profissão. Foi o primeiro secretário-geral do DCE da Universidade e chegou a ser preso duas vezes pelo regime militar.

Ao conversar com o Dr. Osdyr, tem-se a impressão de que ele já viveu cem anos, tal a gama de experiências por que passou na vida, pelas coisas que fez e pelas histórias que tem para contar. Mas são "somente" 62 anos de vida intensamente vividos e com muito ainda para viver e para contribuir com a Odontologia e com a saúde bucal da população.



SODF – O Sr. sempre optou por trabalhar por aqueles que não têm acesso a um serviço odontológico de qualidade. Como surgiu essa opção?

Dr. Osdyr – Ainda na faculdade, iniciei minhas atividades políticas. Logo depois de formado, fui para São Paulo fazer um curso em Saúde Pública, em nível de mestrado. O que aprendi no curso me proporcionou encarar a Odontologia por uma visão de sociedade como um todo, e não apenas do indivíduo. Sempre achei a Odontologia muito restritiva no aspecto profissional. Queria alçar vãos mais altos, queria dar ao meu trabalho uma abrangência maior. E acredito que consegui.

SODF – Tudo começou no movimento estudantil?

Dr. Osdyr – Exatamente. Quando era secretário-geral do DCE da Universidade Federal de Goiás, passei a desenvolver um trabalho de "sindicalismo rural". Durante as noites e nos finais de semana, percorria o interior do Estado promovendo a sindicalização de trabalhadores rurais. Já estava então contaminado por aquela vontade de trabalhar em função da sociedade, o que me acompanhou por toda minha vida profissional.

SODF – Suas atividades políticas o levaram à prisão?

Dr. Osdyr – Durante o golpe militar de 64, devido à minha atividade no movimento estudantil e no sindicalismo, temia ser preso. Mas isso só aconteceu depois, já em Brasília. Fui preso, pela primeira vez, em 1967. Queriam que eu informasse o paradeiro de um companheiro que estava na clandestinidade. Em 1971 fui novamente preso, dessa vez no PIC da Polícia do Exército. A repressão tinha alcançado seus níveis mais violentos. Era o auge da Guerilha do Araguaia.

SODF – Como o senhor veio parar em Brasília?

Dr. Osdyr – Após concluir o mestrado em São Paulo, voltei para Goiânia e não consegui emprego. Dois colegas de curso, que trabalhavam na Fundação Hospitalar do DF, foram os responsáveis pela minha vinda para a Secretaria de Saúde.

SODF – Em Brasília o senhor deixou a política de lado?

Dr. Osdyr – Comecei a trabalhar na Fundação Hospitalar no dia 1º de abril de 1966, numa segunda-feira. Na quarta-feira fui procurar a ABO-DF, onde participei então da primeira reunião. A partir daí, comecei a trabalhar na política sindical no DF.

SODF – Como era o trabalho na Odontologia naquela época?

Dr. Osdyr – Havia apenas 300 dentistas no Distrito Federal todo. A Fundação Hospitalar mantinha uma unidade no pronto-socorro do então Hospital Distrital de Brasília (atualmente Hospital de Base). O Secretário de Saúde pediu e eu fiz, em parceria com o Dr. Solon Viana, o Plano de Odontologia Social para o Distrito Federal. Um trabalho que deu todo o aporte para a estruturação da Odontologia no DF.

SODF – Desde então o senhor se destacou pela criação de importantes programas governamentais na área da saúde bucal.

Dr. Osdyr – Nessa época criei o Programa de Atendimento nas Escolas, para alunos de sete a doze anos. Conseguimos que as escolas criassem espaços adequados para viabilizar a implantação do programa e foi um sucesso.

SODF – E os demais programas sociais?

Dr. Osdyr – Em 1977, em conjunto com o Dr. Sérgio Pereira, Dr. Victor Gomes Pinto e Dra. Ilza, criamos o PISE – Programa Integrado de Saúde Escolar, do qual fui coordenador durante muito tempo. O PISE englobava Odontologia e assistência médica. Foi um programa avançadíssimo, resultado da experiência de vários anos de trabalho nas fundações Educacional e Hospitalar. Fui o responsável pela criação dos Centros de Saúde, quando estava à frente da Odontologia na Secretaria de Saúde.

SODF – O Cárie Zero também foi importante.

Dr. Osdyr – O Cárie Zero foi introduzido em 1990. É baseado no atendimento à gestante. Nós cuidávamos primeiramente da boca da gestante. Como se poderia exigir de alguém preocupação com a saúde oral de seus filhos se ela mesma desconhecía o assunto? Hoje em dia, o programa perdeu suas características. O que se tem hoje, apesar dos profissionais que ainda resistem, é um arremedo do Cárie Zero. Infelizmente.

SODF – O que o senhor acha dos programas que existem hoje, como o Saúde em Família?

Dr. Osdyr – Do ponto de vista de saúde pública, estão totalmente equivocados. Não a proposta de atendimento, mas a metodologia, tanto na área médica quando odontológica. Estão jogando dinheiro fora. A idéia é boa, mas as pessoas não receberam treinamento, não estão preparadas.

SODF – O senhor nunca trabalhou em clínica privada?

Dr. Osdyr – Sim. Eu trabalhei com Odontologia privada, na área de reabilitação oral, que era a vedete na época. Só que havia um problema: minha paixão era a área pública, a Odontologia social, e acabei largando a clínica. Financeiramente não foi a decisão mais acertada. Às vezes me pergunto: será que valeu a pena? A resposta é só uma: valeu a pena.

SODF – Faria alguma coisa diferente?

Dr. Osdyr – Faria tudo novamente. Em algumas situações teria agido diferente, mas não me arrependo das opções que fiz. Jamais seria dentista de clínica privada. Minha atuação seria muito restrita. Acho o universo do dentista de clínica privada limitado. O reflexo disso é que se vêem poucos dentistas engajados politicamente.

SODF – O que fazer para mudar essa situação?

Dr. Osdyr – O que gostaria de fazer, se estivesse à frente do Sindicato, seria trabalhar com os estudantes, ainda na universidade, no sétimo e oitavo semestres. Temos que buscar despertar nos futuros profissionais a preocupação com o social. Uma visão mais ampla da Odontologia e uma participação mais intensa dos cirurgiões-dentistas na vida política e social do País.

SODF – Mas como ficaria a sobrevivência do profissional?

Dr. Osdyr – Não estou dizendo que o dentista não tenha que procurar ganhar dinheiro. Mas pode haver uma maior preocupação social. O papel do Sindicato é importante nesse sentido. Queremos uma clínica privada, com atendimento de qualidade e preços acessíveis. Isso é o ideal e é possível.

"A qualidade da Odontologia estética brasileira é tão boa quanto a americana. Só que os preços são restritivos. Poucos têm acesso a ela"